

Universidade Federal de Goiás

Relatório de Pesquisa PIVIC (relatório de retificação) – edital 001/2010/UFG

Título (modificado)

A doutrina de Platão sobre a Verdade e a interpretação de Heidegger

Autor 1: Marcos Vinicius Matos Nickerson (graduando de filosofia-UFG)

Autor 2: Anderson de Paula Borges (orientador, FAFIL-UFG)

(revisado pelo orientador, com mudança no tema do plano de trabalho)

Goiânia – setembro de 2011

A doutrina de Platão sobre a verdade e a interpretação de Heidegger.

1. Justificativa da modificação no plano de trabalho

O plano de trabalho original tinha o título *Ser e aparência em suas relações com o móvel e o imóvel* e previa uma investigação do tema no diálogo *Sofista*. Mas as várias dificuldades que encontramos para abordar esse diálogo nos levaram a propor uma mudança no âmbito da investigação original. Assim, desistimos de abordar o tema “Ser e Aparência” na questão do imóvel e móvel no *Sofista* para abordar o problema do *Ser* e da *Aparência* no livro VII da *República* e na interpretação que Heidegger oferece sobre esse tema em sua leitura do conceito de verdade em Platão. Salientamos que o núcleo do tema continua sendo a preocupação central dessa pesquisa.

2. Apresentação do objeto da pesquisa

Heidegger quer ressaltar sua interpretação da palavra verdade (*aletheia*) como desvelamento. Para tanto ele se utiliza de uma interpretação do mito da caverna de Platão na qual mostra que Platão propõe uma mudança na posição que esse conceito ocupava no pensamento grego. Esse tema permitirá mostrar como Platão compreende a relação entre *Ser* e *Aparência* e sob que categorias Heidegger o lê.

Platão nos apresenta o mito da caverna no livro VII (514^a-517^a) como forma de mostrar uma representação alegórica sobre o caminho pelo qual a educação do homem grego deve passar. Esse caminho deve buscar a verdade para que, ao encontrá-la, os homens sejam colocados numa cultura filosófica que lhes traga uma vida saudável e uma participação coerente na vida pública. No texto do mito Platão nos conta a história de homens acorrentados desde a infância, dentro de uma caverna. Há duas categorias de pessoas dentro na caverna: *habitantes acorrentados* e *transportadores de objetos*. Ao fundo estão representados homens acorrentados que passaram sua vida inteiramente nas sombras. Essas sombras são metáforas para a condição cognitiva dos indivíduos. O transportadores de objetos representam os educadores da época: produtores de imagens, criadores de espetáculos e artistas em geral. O texto descreve o movimento de um dos prisioneiros em direção à saída da caverna e ao que há fora dela. A mudança de direcionamento do olhar, das sombras às próprias coisas, é uma

metáfora para descrever a situação da pessoa que deixa de formar juízos através do que se apresenta pela *mutabilidade* do sensível, para formar juízos através do intelecto com o objetivo de expor a essência imutável de cada item conhecido.

Platão compreende a essência como aquilo que existe num mundo não-sensível, mas que confere ordenação ao mundo ao sensível, dando-lhe forma e permitindo que seja compreendido através de conceitos chamados de “eidē” (ideias, formas). Quando as coisas participam das *Formas*, pode-se entender isso de modo epistemológico: as coisas do mundo são “nomeadas” conforme as formas. Enquanto estas não sofrem alterações, aquelas estão sob o governo da mudança. Um exemplo desse contraste está na passagem sobre os “dedos”, em *República*. É uma passagem que descreve o aprendizado que é necessário aos guardiões. Trata-se de um conhecimento do ser (PLATÃO, 2006, 523a): “*nas sensações algumas coisas não convidam a inteligência à reflexão, como se lhes fosse suficiente o julgamento feito pela sensação, mas ...outras ordenam que, de toda maneira, a inteligência as examine*”. Essa passagem irá mostrar que a apreensão sensível dos dedos pela visão não chega a questionar a existência do dedo que está diante dos olhos. Se não há questionamentos sobre o dado da percepção, não há dúvidas e, conseqüente, não há ambigüidades. De outro lado, as comparações entre os dedos resultam em juízos ambíguos. O mesmo dedo pode ser “grande” ou “pequeno”, dependendo de qual dedo é tomado como referência para a comparação. Nesse exemplo banal Platão defende a tese de que a inteligência tem a função de disciplinar as ambigüidades surgidas no âmbito da sensação. Como tais ambigüidades não podem ser resolvidas por meio da adoção do perspectivismo sensível, elas precisam ser decididas pela aplicação dos conceitos, das *eidē*. Platão justifica aí a necessidade do mundo inteligível para organizar os dados do mundo sensível.

A geometria e a matemática são os exemplos mais próximos do que deve ser estudado pelas pessoas que serão educadas para essa mudança de registro (do sensível ao intelecto), pois são saberes científicos, cuja essência é necessária e apreendida apenas pelo intelecto, não estando submetidas ao sensível. À semelhança do modo como se procede na matemática, a essência dos demais conhecimentos deve ser buscada com o intelecto. Assim, tanto no texto do mito como nas explicações que se seguem o intelecto se torna uma ferramenta para obter o que é verdadeiro sobre cada objeto. Encontrando assim os princípios ordenadores de cada objeto (que corresponde a uma ciência), a metáfora do homem que deixa de pensar que as sombras são o real e vai gradativamente tendo um maior contato com o real apreendido pelo

intelecto até ver o sol que ilumina os objetos dos quais via apenas as sombras, equivale no registro do intelecto ao homem que termina por desenvolver um pensamento dialético.

Investigar esse tema, comparando as ideias de dois autores, longe de nos comprometer com aproximações gratuitas entre um filósofo contemporâneo e um filósofo grego, na verdade nos permite perceber como o pensamento de Platão influenciou um aspecto importante do pensamento de Heidegger, a saber: o conceito de verdade.

4. O mito da caverna.

Até aqui descrevemos em linhas gerais alguns aspectos do argumento geral do livro VII. Agora é o momento nos determos em algumas passagens do livro VII. Platão nos apresenta a metáfora de homens presos a uma caverna, acorrentados de modo a estarem impedidos de olhar em outra direção que não em direção às sombras de pessoas que passam ao longo de um muro, carregando objetos. As sombras dos homens presos são projetadas por uma fogueira. Entre essa fogueira e os prisioneiros está um muro. Sobre os prisioneiros que veem as sombras Sócrates diz: “ *Então, se fossem capazes de conversar entre si, não achas que eles pensariam que, ao dar nomes ao que estavam vendo, estariam nomeando coisas realmente existentes*” (PLATÃO, 2006, 515b). Estando presos ao hábito da visão, pois só lidaram com sombras, os prisioneiros acreditavam estarem vendo as coisas mesmas. Se algum deles for solto desse estado cognitivo se sentirá confuso por sair de sua zona de conforto. Não fixaria bem os objetos, pois não conseguiria entendê-los. Sua cognição não estaria adaptada para o contato com estes novos objetos. Quando sentir as dificuldades do aprendizado, voltará para seu mundo de sombras, acreditando ser ele mais real do que o novo mundo recém descoberto. O estar preso ao *phatos* do mundo sensível equivale a dar como natural em si mesma a sensação/representação que nos acomete. O prisioneiro se sentirá confuso ao ser perguntado sobre os objetos que acaba de conhecer (ao nível do intelecto), e não conseguira fixá-los, por não estar acostumado com o uso do intelecto. É o que está expresso no trecho abaixo:

“Sempre que algum deles fosse liberado dos grilhões e obrigado a pôr-se de pé de repente, a virar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, tudo isso o faria sofrer e, sob luminosidade intensa, ficaria incapaz de olhar para aqueles objetos cujas sombras havia pouco estava vendo.” (PLATÃO, 2006, 515d).

A situação descrita acima caracteriza o momento de confusão mental que se abate nos primeiros momentos de um aprendizado novo. O indivíduo precisa ter condições de agüentar o forte impacto das novas ideias, pois a tentação a ceder e retornar ao antigo esquema mental é muito forte. Se for arrastado da caverna até à luz do sol, é natural que tal pessoa sinta dores, que tenha dificuldades no uso da razão e que, ao superar pouco a pouco essas dificuldades, aprenda a ver os objetos através do intelecto. Uma apreensão gradativa dos objetos segundo sua verdade cada vez mais profunda, está expresso no trecho abaixo, através das seguintes metáforas:

“Seria preciso, creio, que se habituasse, se pretendesse ver o que estive no alto. Primeiro, iria ver muito facilmente as sombras, depois as imagens dos homens e as dos outros objetos na água e, mais tarde, os próprios homens e os objetos.” (PLATÃO, 2006, 516 b)

A verdade mais profunda é sempre aquela que se obtém através da razão. Esse trecho mostra uma gradativa evolução do uso da razão, que vai dos meros reflexos (aparências dadas pela sensibilidade), ate as razões que fundamentam/estruturam os objetos, chegando então a contemplar o céu, que são aqueles fios condutores de razões mais fundamentais ainda, nesse nível se percebe que todos os objetos estão sob o céu, que pode representar aqueles princípios lógico/cognitivos que perpassam todo modo de constituir entendimento racional. Finalmente se chega a contemplar o sol, que é a concretização final da visão do céu, entendendo mais claramente as razões sob as quais os vários objetos (compreendidos através dos diversos saberes) são subsumidos em um mesmo fundamento. A supervisão feita pela filosofia sobre os demais saberes se dá pela exigência de que estes se perguntem pelo seu objeto a partir de um discurso que explicita a natureza do objeto em questão.

5. A *aletheia* como desabrigo que demanda e como abrigo na essência.

No que segue examinaremos algumas ideias do texto de Heidegger “A Doutrina de Platão sobre a verdade”, de 1940. Sob um determinado aspecto, Heidegger segue a linha do argumento de Platão, interpretando a alegoria como metáfora da mudança do olhar. Trata-se da mudança do olhar que foca as aparências para um olhar da razão. Em Platão e Heidegger

se considera as sombras como metáfora do sensível, sendo que a essência do que aparece no plano sensível só pode ser apreendida pelo intelecto. O que aparece sensivelmente possui uma estrutura imutável, no sentido de que participa de certas formas (que são apreensíveis apenas pelo intelecto). Em Heidegger significa dizer que as coisas estão sempre mediadas pelo modos no qual o Dasein (ser-aí) dispõe a sensibilidade, dando forma a ela. Tais formas só são apreensíveis pelo intelecto num movimento do mutável em direção ao imutável.

Heidegger usa em sua obra a palavra “aparente” em sentido ambíguo: o aparente é o que aparece, no entanto, isso que se apresenta só nos aparece através de uma estrutura, que é o mais real, o mais essencial; essa estrutura é o que torna o ente acessível do modo como ele aparece à percepção. O que H. chama de “o mais desvelado” é assim denominado porque é ele que, em todo aparente, imediatamente aparece e torna o aparente acessível. (HEIDEGGER, 1940). O que imediatamente aparece, só aparece “mediado” por uma estrutura¹, mesmo que não tenhamos consciência dela. A visão é toda manifestação de uma estrutura e desvelar essa estrutura é situar o sensível e mutável dentro de sua “essência”.. Desse modo, o “mais desvelado” situa o “menos” desvelado (ou simplesmente desvelado) que é o aparente (mutável), dentro de sua estrutura, mostrando que a estrutura é o que torna o aparente acessível.

Podemos identificar a estrutura com a forma como Platão explica a presença das *Formas* nas coisas. Em sua teoria, as coisas não têm existência por si, mas são por *participação* (*methexis*) em certas idéias. Essas idéias permitem certos discursos sobre as coisas que participam delas. Desvelar em direção ao fundamento estruturante dos objetos, significa investigá-los a partir dos discursos vigentes sobre um determinado objeto. Investigando esses discursos vigentes, Platão busca uma ordenação do intelecto, de modo que essa ordem construa um discurso que seja capaz de situar o objeto em sua própria essência. Em Platão há uma maneira correta de conceber esse discurso (que diz o essencial) e há um caminho necessário que leva ao desvelamento da essência dos objetos. Desse modo, um conceito como justiça, por exemplo, não pode ser concebido fora da representação da temperança, e a validade da definição de justiça (segunda a hermenêutica estabelecida por Platão) não pode depender de termos contrastantes, como fazer o bem aos amigos e o mal aos inimigos (Platão, 2006, 331c), um contraste que não poderia habitar, segundo Platão, a mesma fórmula de definição da justiça. Vê-se que se tem um modo correto do discurso sobre a

¹A estrutura no sentido aqui colocado também pode ser vista como uma rede hermenêutica que “captura” a coisa dentro de uma concepção de sentido, ou seja, dentro de um contexto de sentido, que é condição de possibilidade para o cognoscente.

justiça. Esse modo correto depende do estabelecimento de um discurso onde o desvelar da essência segue um caminho de discussão e descoberta por meio da dialética.

Assim, desvelar os variados aspectos da justiça e as relações desses aspectos uns com os outros é fazer o que Platão faz no primeiro livro da República, onde examina a tese “fazer o bem aos amigos e mal aos inimigos”. Se aceitarmos, conforme proposto por Sócrates, que a justiça envolve um núcleo firme que não pode admitir contrários, o mal (fazer o mal) não poderá então fazer parte da definição de justiça.

Esse movimento de Sócrates em direção ao núcleo de uma definição formal é o que, em Heidegger, significa *desvelar*: é sair da atitude natural, que considera o sentido que é expresso pela linguagem a respeito do objeto, como obviedade da sua natureza. O desvelar investiga esse significado expresso na atitude natural, a superar e vai até os princípios organizadores do objeto, desvelando esses princípios, mas, ao mesmo tempo também velando o “objeto”, pois, segundo H., estamos sempre caindo na atitude natural devido a nossos hábitos explicativos.

A libertação começa somente “com a adaptação constante para fixar o olhar nos limites fixos das coisas que se mantêm fixas em sua evidência.” (HEIDEGGER, 1940). Manter as coisas fixas em sua evidência significa o desvelar do que é estruturante do ente, do que permite um certo tipo de estado mental, que permite uma certa manifestação do ente para nossa sensibilidade. Os limites fixos são os limites do cognoscível, que estruturam a experiência de ser ente. Os limites fixos são finitudes que através do seu discurso situam o objeto. A libertação é a constância que se orienta para o que aparece em sua evidência, indo além da evidência como é comumente entendida, em direção a própria evidência ou do que torna evidente, que é o “mais desvelado”

A formação do homem grego para Platão e do homem em geral para Heidegger tem que se voltar para a busca dos princípios fundantes. A diferença está no modo como cada um deles concebe esse direcionamento e esses princípios. Para Heidegger esse último está no plano do ente, para Platão está no plano das essências. Heidegger coloca a idéia como ser do ente (o que em todo caso é um ente), já Platão coloca a idéia como essência do ente. Em Platão “entes” são todas as coisas que existem, mas em Heidegger o ente tem duas faces: uma que parte da atitude natural é o ente considerado em sua verdade e outra que parte da atitude historial é o ente situado em si mesmo (verdadeiramente). Quando o ente surge assim para a consciência do homem, ele surge como o ser daquela outro ente.

Em Heidegger “verdade significa, originalmente, o que foi arrancado de um velamento. Verdade, portanto, em cada caso, é o extrair sob o modo do desabrigar.” (HEIDEGGER, 1940). Verdade como desabrigar tem como contrário a forma da caverna como um abrigo, que seria a percepção do ente em sua “obviedade” (acreditar que a visão sensível é o real), desabrigar significaria então desnudar a evidência mais íntima do ente, que é sua estrutura. O ente falado sem consciência do ser do ente é uma fala muda, pois fala dando sentido à realidade, sem os princípios estruturais dessa fala, daí a tendência a naturalizar o discurso. Mas como a estrutura não é a própria essência da coisa, na verdade ela desabriga a percepção humana por denunciar a irrealidade do ente, que nada mais é que um efeito da estrutura, inscrita como percepção a respeito do real, sem alcançá-lo. Arrancar de um velamento no modo de pensamento em que a *aletheia* domina significa, nesse contexto, desvelar o ser do ente, que é também desabrigar o liame entre percepção e a coisa, pois denuncia uma estrutura da percepção que não é a própria coisa, que em si continua sempre velada. Já Platão introduz um modo de pensamento onde a ideia tem uma força maior do que tinha antes, pois agora ela se coaduna à própria coisa. Se antes ela era apenas uma inscrição perceptiva que estruturava a realidade, agora a ideia equivale à máxima realidade, estrutura que em sua necessidade equivale ao desabrigar da caverna. Como diz Heidegger:

“a conclusão essencial da formação, portanto, só pode se consumir no âmbito do desvelado no mais alto grau e sobre seu fundamento. A essência da formação está fundamentada na essência da verdade.” (HEIDEGGER, 1940).

A essência da “formação” está fundada na essência da verdade porque o modo de conceber essa verdade determina o modo de ser da educação. A *aletheia* no sentido próprio do desvelamento é pensada como momento sublime de apreensão do significado das coisas. Mas, se de um lado o ser do ente tem uma correspondência verdadeira com o ente, não o tem com a própria coisa, sendo uma representação que se inscreve sobre a realidade e não em conformidade com ela. Temos a impressão de que lidamos com a realidade, quando estamos sempre no plano da representação. Já em Platão o desvelamento é pensado de forma diferente: como correção do pensamento, como correção da representação de modo a se coadunar à essência da realidade.

6. Conclusão

Pelo que expomos acima pode-se perceber elementos de similaridade e elementos de separação entre as tese de Platão e as teses de Heidegger sobre *ser, aparência e realidade*. Ambos propõem que o homem vive numa dimensão não autêntica, num estado mental que não exhibe a verdade de cada objeto existente. Mas enquanto Platão insiste que é possível substituir a representação falsa por uma representação verdadeira, Heidegger prefere descrever um caminho mais difícil: é preciso superar a concepção formal de pensamento como discurso baseado em proposições para retornar ao fundamento do ser. Em nossa opinião, esse aspecto do pensamento de Heidegger é o mais problemático. Ao propor duas concepções de ente ele instaura uma divisão no ser que jamais poderá ser reconciliada com a concepção de Platão. Mas isso é matéria para outra pesquisa.

7. Atividades desenvolvidas no período

- 1) Participação na XVII Semana de Filosofia da UFG (16-20.05)
- 2) Leitura de toda a *República* de Platão
- 3) estudo do texto de Heidegger “A doutrina de Platão sobre a Verdade” (versão em espanhol cf. bibliografia)
- 4) Atividades quinzenais de encontro com o orientador (presencial e por e-mail)

8. Referências bibliográficas:

PLATAO, *A República*, trad. de Ana L. A. A. Prado: Martins Fontes, 2006.

HEIDEGGER, Martin (1940). “**La Doctrina de Platon acerca de la verdad**” in **Heidegger en castellano**. Tradução de Norberto v. Silvetti, Universidad de Buenos Aires, Cuadernos de Filosofia, Fasciculo VII, Buenos Aires, Ano V-VI, nºs 10,11,12.1953.